

## EDUCAÇÃO ALIMENTAR PARA SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCAIS NO CONTEXTO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Rozane Marcia Triches<sup>1</sup>  
Cristiane Perondi<sup>2</sup>  
Aline Luiza Fuhr<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este estudo pretende analisar a inserção do tema alimentação no Ensino Fundamental e verificar se são contempladas as orientações encontradas nas diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que remetem para a localização dos sistemas agroalimentares e para a valorização da cultura alimentar. Foram entrevistados professores da rede municipal de Realeza (PR) e realizado estudo de documentos e materiais relacionados. Constatou-se que embora os livros didáticos tragam em algum momento a temática da alimentação e nutrição, nenhuma das disciplinas aprofunda ou trata com relevância a valorização da cultura alimentar e das tradições de produção e consumo que incentivem sistemas agroalimentares localizados. As atividades de educação alimentar parecem não dialogar com o PNAE e com a Política de Segurança Alimentar e Nutricional, no sentido da formação de consumidores conscientes, resultando no esvaziamento de significado e de propósito da mesma.

**Palavras-chave:** educação alimentar, alimentação escolar, segurança alimentar e nutricional, sistemas agroalimentares.

## FOOD EDUCATION TO AGROFOOD SYSTEMS IN THE CONTEXT OF THE SCHOOL FEEDING

**ABSTRACT:** This study aims to analyze the inclusion the food theme in the elementary school and to verify if it is contemplated in accordance with the guidelines of the National School Feeding Programme (PNAE) which refer to the location of agrifood systems and the incentive of food culture. It was interviewed teachers of Realeza (PR) Council and held study related documents and materials. It was found that although the textbooks down at some point the issue of food and nutrition, none of the subjects deepens or is relevant to the appreciation of food culture and traditions of production and consumption that encourage localized agrifood systems. The food education activities do not dialogue with the PNAE and the Food Security and Nutrition Policy, towards the formation of conscious consumers, resulting in the emptying of meaning and purpose of it.

**Keywords:** food education, school feeding, food and nutritional security, agrifood systems.

## EDUCACIÓN ALIMENTARIA PARA SISTEMAS AGROALIMENTARIOS LOCALES EN EL CONTEXTO DE LAS COMIDAS ESCOLARES

**RESUMEN:** Este estudio tiene como objetivo analizar el tema de los alimentos de la inclusión en la escuela primaria y asegurarse de que se contemplan las directrices que se encuentran en las directrices de lo Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) que se refieren a la ubicación de los sistemas agroalimentarios y la mejora de la cultura de la comida. Entrevistaron a los profesores de lo municipio de Realeza (PR) y los documentos y materiales de estudio relacionados celebradas. Se encontró que aunque los libros de texto hacia abajo en algún momento el tema de la alimentación y la nutrición, ninguno de los se profundiza o es relevante para la apreciación de la cultura y tradiciones de la producción y el consumo que fomenten los sistemas agroalimentarios localizados alimentos. Las actividades de educación alimentaria no parecen hablar con el PNAE y la Seguridad Alimentaria y Nutrición, hacia la formación de los consumidores conscientes, lo que resulta en el vaciado de significado y propósito de la misma.

---

<sup>1</sup> Profa. Dra. do curso de graduação em Nutrição e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

<sup>2</sup> Graduada em Nutrição pela UFFS e nutricionista da Prefeitura Municipal de Maravilha – SC.

<sup>3</sup> Graduada em Nutrição pela UFFS

**Palabras clave:** educación nutricional, alimentación escolar, nutrición y seguridad alimentaria, los sistemas agroalimentarios.

## Introdução

O termo “sustentabilidade” tem se tornado recorrente frente aos problemas ambientais que se impõem e suas múltiplas causas e inter-relações. Os modelos de desenvolvimento perseguidos, compostos por determinados padrões de produção e consumo de alimentos têm colaborado fortemente para o cenário existente. O modelo produtivista, amparado em tecnologias excludentes e poluentes e constituído por longas cadeias de abastecimento, incentivou em última análise, problemas sociais e ambientais como o êxodo rural, a poluição, o aumento da produção de lixo, o empobrecimento do solo, a contaminação da água, entre outras.

Por outro lado, o consumo de alimentos tem se caracterizado pelo aumento considerável de produtos industrializados e pela diminuição de produtos básicos, “*in natura*”, contrariando todos os guias e diretrizes de alimentação saudável dos órgãos públicos de saúde. Da mesma forma, alimentos globalizados têm se tornado a cultura alimentar dominante, em detrimento da diversidade de culturas locais e tradicionais. Isto trouxe múltiplos malefícios à saúde que, conjugados às demais mudanças demográficas, econômicas e políticas, moldou o cenário epidemiológico centrado em doenças crônicas não transmissíveis. Uma das proposições para mudar a saúde da população e agora também do modelo de desenvolvimento, é o consumo e o consumidor. Estes se tornam peças-chave, afinal, não só podem gerar novos modelos, como podem ser utilizados para manter o “*status quo*” pelos modelos dominantes.

A sociedade pós-moderna do consumo, ao mesmo tempo em que estratifica os indivíduos, também os impulsiona à compra a partir de suas diferentes possibilidades socioeconômicas. Objetos e alimentos adquiridos constantemente são importantes a partir da satisfação físico-mental instantânea e já não possuem qualquer valor cultural (Oliveira; Tomazetti, 2012). Dessa forma, há a desintegração dos sistemas alimentares nacionais e locais, tendo como resultado a homogeneização cultural e, conseqüente, mundialização de gostos e costumes alimentares (Fonseca *et al*, 2011).

Em um contraponto a estas mudanças, novas abordagens, como a dos Sistemas Agroalimentares Locais – SIAL e circuitos curtos de abastecimento, em última análise, passam a enfatizar a importância do espaço ao destacar o território como um ator histórico e social e a preocupação com o meio ambiente e a valorização da cultura e do saber fazer local. Dessa forma,

a imagem que o consumidor cria do território produtivo torna-se ponto fundamental para a sustentação desta aproximação entre eles e os produtores. Mas para que tal imagem se crie, e seja positiva, é necessária a atuação de vários atores sociais localizados nos grandes conjuntos do Estado, do mercado e da sociedade civil (Specht; Ruckert, 2008). Especificamente, estudos britânicos (Morgan; Sonnino, 2007 e Morgan; Sonnino, 2008) vêm sendo realizados no sentido de demonstrar a relação entre a alimentação escolar e a educação alimentar para o incentivo à manutenção e criação de sistemas agroalimentares locais, os quais seriam mais sustentáveis.

No Brasil, a Política de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) postula que sistemas agroalimentares baseados na aproximação da cadeia de abastecimento alimentar devem ser perseguidos. Enfatiza que as tendências de consumo alimentar que remetem a problemas e riscos de um padrão alimentar que contrasta com o que seria recomendável em termos de práticas alimentares saudáveis, ou de um padrão de consumo sustentável devem ser revertidas, formando consumidores cidadãos que valorizem os aspectos sociais, culturais e ambientais.

Autores brasileiros como Boog (1999) e Santos (2012), têm apontado para o fato de que uma das responsabilidades da educação alimentar é o fomento à adoção de padrões alimentares sustentáveis, de forma a preservar a cultura alimentar e a valorização e manutenção da produção local.

Igualmente, Paiva *et al.* (2012) discursam sobre uma das ações do Estado em valorizar os elementos regionais, a fim de conter o processo de homogeneização. Para isso, os autores relacionam os problemas expostos com o objetivo do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE).

Por sua vez, o PNAE é uma das políticas públicas em alimentação e nutrição mais antigas e mais importantes do Brasil, e, inclusive, modelo para outros países (Domene, *et al.*, 2007). Foi implantado em 1955, e atualmente é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que transfere recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

Um marco importante deste Programa foi a implantação da Lei nº 11.947 em 2009 (Brasil, 2009). Nesse sentido, os princípios da PNSAN foram internalizados pelo PNAE, que passou a exigir das Entidades Executoras (EES) a aquisição de produtos de agricultores familiares locais e incentivo à inserção da educação alimentar e nutricional não apenas com foco na saúde, mas também na valorização da cultura e tradição alimentar como expressa no seu artigo 12º.

Diante destas colocações, este trabalho pretende debruçar-se sobre a educação do consumo no contexto da alimentação escolar, entendendo-a como fortemente propositiva na formação de cidadãos que promovam a formação de sistemas alimentares localizados e mais sustentáveis. Assim, esta pesquisa tem por objetivo analisar a inserção dos temas alimentação no Ensino Fundamental e verificar se são contempladas as orientações encontradas nas diretrizes do PNAE que remetem para a localização dos sistemas agroalimentares e para a valorização da cultura alimentar. Pretende-se identificar se existe conhecimento destes professores em relação aos programas estatais como o de alimentação escolar e suas diretrizes. Além disso, verificar em que materiais e fontes buscam informações e se apoiam para o desenvolvimento das atividades pedagógicas teóricas e/ou práticas em educação alimentar e se há preocupação com o incentivo a sistemas agroalimentares localizados.

### **Metodologia**

Esta pesquisa caracteriza-se por um estudo com professores da rede municipal de Realeza (PR) os quais lecionam entre o 1º e 5º ano do ensino fundamental. O período de realização da pesquisa foi de março de 2011 a fevereiro de 2012. Na primeira etapa foram realizadas leituras documentais de materiais produzidos e utilizados no município (Projetos Políticos Pedagógicos e livros didáticos) e de materiais produzidos pelo governo federal que orientam a educação no Brasil (Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN, especificamente o caderno temático “Meio Ambiente e Saúde”). Os livros didáticos utilizados pelos anos iniciais (1º ao 5º) que foram analisados pertencem à coleção “Aprendendo Sempre”, da editora Ática. Além destes, outros materiais de apoio que chegam à escola também constaram na análise.

A partir destas leituras que precederam as entrevistas com os professores foi possível reconhecer os recursos didáticos utilizados e as sugestões de atividades ligadas à educação alimentar e nutricional. Além disso, possibilitou identificar em quais séries a temática de alimentação e saúde estavam mais presentes e com qual disciplina estavam mais relacionadas na prática dos professores.

Posteriormente, contatou-se as escolas para coletar informações sobre nome e série em que cada professor lecionava. O critério de escolha dos professores obedeceu a uma ordem seriada: em todas as escolas foram entrevistadas as professoras do 1º, 3º e 5º ano, por serem essas a série inicial, intermediária e final, respectivamente, e também pelo fato de que durante a

análise prévia do material didático foi constatado que estas apresentavam conteúdo mais denso sobre alimentação e nutrição. Este estudo também ocupou-se das análises nos 2º e 4º anos, sendo que nas escolas onde foram entrevistadas professoras do 2º ano, não foram entrevistadas as do 4º, e vice-versa. Para esta seleção, utilizou-se sorteio. Dos 32 professores selecionados, dois não participaram da pesquisa (uma por recusa e outra por incompatibilidade de horário para a entrevista).

O formulário utilizado para apoiar a entrevista continha 25 questões abertas, que foram reformuladas após a entrevista piloto, e que permitiram espontaneidade e fluência do discurso durante as entrevistas. As entrevistas foram agendadas de acordo com as horas atividades de cada profissional, de tal forma que as pesquisadoras (estudantes do curso de Nutrição), se deslocavam até a escola onde a respectiva professora lecionava. Houve permissão das professoras para o uso de gravador durante as entrevistas no intuito de, quando transcritas, melhorar o entendimento e análise das falas.

Em seguida, os dados foram tabulados e categorizados pela análise de conteúdo, fundamentado na teoria de Laurence Bardin, que permite a saturação dos dados (Bardin, 1977).

## **Resultados e Discussão**

### **Educação alimentar no âmbito escolar: aproximando ou distanciando os sistemas agroalimentares?**

Ao buscar informações sobre como o tema da alimentação era tratado dentro da escola, buscou-se em primeiro lugar, verificar os materiais didáticos disponíveis e sua utilização pelos professores. Constatou-se que embora os livros didáticos tragam em algum momento a temática da alimentação e nutrição, nenhuma das disciplinas aprofunda ou trata com relevância a valorização da cultura alimentar e das tradições de produção e consumo que incentivem sistemas agroalimentares localizados.

A disciplina que aborda com alguma profundidade estes assuntos no currículo é a de Ciências (70% das entrevistadas disseram realizar estudos nessa área nesta disciplina), contudo, voltada mais para as questões nutricionais do que propriamente alimentares. Aparecem com frequência nos livros didáticos os guias alimentares, como a pirâmide dos alimentos, que, assim como outros assuntos relacionados à alimentação, são abordados de uma forma puramente nutricional, sendo que os livros trazem terminologias científicas (gordura, carboidrato, etc), que

não fazem parte do cotidiano dos alunos. Comumente ditam o que deve ser consumido e que deve ser evitado, sem relacionar com os hábitos e com a cultura alimentar dos escolares. Assim, a temática passa a não fazer sentido para o aluno (Witt, *et al* 2006).

A pirâmide alimentar está presente no livro de Ciências do 5º ano e, a ela é dada atenção especial por fazer parte de um capítulo exclusivo que trata além dos grupos alimentares, de temas como alimentação saudável. Cinquenta por cento das professoras entrevistadas afirmaram usar, ou já terem usado este instrumento de educação nutricional, porém, referem algum tipo de dificuldade em apresentá-la e explicá-la para os alunos. Em alguns casos, as professoras buscam o auxílio de profissionais da área para explicar o conteúdo: "[...] após a gente ter trabalhado esse conteúdo em sala de aula, a gente sempre traz uma nutricionista né, que trabalha no posto de saúde pra dar uma palestra, e a gente trabalha com a pirâmide." (Prof. 30). A compreensão que as professoras têm da pirâmide alimentar torna-se muito mais imagética que conceitual, não passando pela teoria e pela formação. Com isso uma atividade prática nesta temática comumente fica comprometida.

Oliveira e Oliveira (2008) consideram que a educação nutricional, muitas vezes possui uma lacuna entre teoria e prática, focando em aspectos puramente biológicos, sem levar em conta os demais fatores envolvidos na formação de hábitos alimentares e na segurança alimentar e nutricional. Frisa-se nesse sentido, a elaboração, por parte do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) de alguns objetivos a serem traçados para a efetividade da educação alimentar e nutricional, entre os quais destaca-se: desvincular o foco do nutriente para o alimento em si e promover projetos político-pedagógicos que enfoquem a educação alimentar e nutricional na formação de pedagogos e nutricionistas.

Destaca-se que as questões da cultura alimentar e da produção de alimentos são minimamente tratadas nas disciplinas de história e geografia, onde o tema aparece com pouca frequência, e ainda de forma muito folclorizada e sem relação com a construção de conhecimentos críticos sobre o sistema agroalimentar e suas consequências econômicas, sociais, ambientais e de saúde, como se pode perceber no depoimento de um dos professores: “[...] até mesmo, eu estava falando em história, sobre a evolução, na época ali que teve dos indígenas, você trabalha a alimentação deles” (Prof. 18).

Quando questionadas sobre atividades a fim de conhecer e valorizar a cultura alimentar de seus alunos, 53,3% disseram realizar esse tipo de atividade, enquanto 46,7% disseram não realizar. A maior parte delas, 23,3% das professoras, disse fazer isso por meio de conversas com

os alunos, raramente outras atividades são aplicadas. Quando são desenvolve-se uma espécie de diário para que se conheça a rotina alimentar dos alunos, segundo o relato de 10% das professoras.

O que se pode perceber é que o conhecimento se mostra fragmentado e sem a devida “transversalidade<sup>4</sup>”, conforme preconizado pelo Parâmetro Curricular Nacional nº 9. Para Bizzo e Leder (2005), a educação nutricional deve compor criticamente o plano de ensino, de modo que esta proporia a construção coletiva do conhecimento mediante planejamento didático participativo e intersetorial (integração entre as disciplinas, a escola, a criança, a família e a equipe de saúde) e tendo como ponto-chave os conteúdos trabalhados com a expressão das práticas, crenças, saberes e vivências da criança, de maneira integrada, e não em práticas pedagógicas exclusivamente teóricas.

Bógus *et al* (2011) em sua defesa da construção de conhecimentos em saúde, consideram que ela perpassa o próprio setor, frisando sua indissociabilidade e, portanto, que ela não deve ser apresentada apenas como uma disciplina. Deve ser considerada uma preocupação no processo discente, sendo das finalidades prioritárias da escola e, dessa forma, ser apresentada nos diversos componentes curriculares.

No entanto, o que se vê na realidade é que muitas vezes, além das deficiências dos livros didáticos em fazer discussões mais amplas sobre alimentação que vinculem a importância do patrimônio alimentar local com a saúde, esta temática dentro da escola é influenciada por cartilhas de entidades privadas. É o caso do “Escola no Campo”, um projeto da empresa Syngenta, e do “Agrinho”, programa do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Paraná em parceria com empresas como a Dow. A princípio, ambos os programas são voltados para a temática ambiental visando principalmente despertar no aluno a preservação do meio ambiente e a valorização do trabalhador rural.

O Programa Agrinho é trabalhado com todas as séries contando com conteúdos diferenciados para cada idade, já o “Escola no Campo” é utilizado somente no 5º ano. Ambos encontram uma aceitação por parte de professores, como frisado: “Então, ele vem com várias atividades adequadas à faixa etária né e tem alguns assuntos relacionados com a alimentação, às frutas...” (Prof. 25). Porém, ao fazer a análise desses materiais, percebe-se o viés ideológico por

---

<sup>4</sup> Os temas transversais tem a intenção de abordar e discutir temas sociais e atuais, não entrando no currículo como disciplina obrigatória, mas como temas que podem ser expostos e discutidos em quaisquer disciplinas.



trás de seu conteúdo. No caso do “Escola no Campo” salienta-se o aumento da população mundial e a necessidade de se produzir alimentos suficientes e a preços acessíveis. Para que isso seja possível, segundo a cartilha, são destacados alguns pontos: aumentar as áreas cultivadas; usar técnicas de cultivo modernas que aumentem a produção; melhorar as sementes para que elas resultem em plantas mais resistentes; diminuir as perdas das lavouras causadas por pragas; usar fertilizantes e agrotóxicos somente quando necessário; aumentar a lucratividade da agricultura por meio de produtos novos, entre outros aspectos. Ainda neste material há uma seção denominada “Agricultura Orgânica”, onde se lê a seguinte frase: “A agricultura orgânica não oferece soluções para os problemas urgentes causados pelas atuais tendências de produção e o consumo mundial de alimentos” (pg. 48).

Percebe-se aqui a mensagem subreptícia da empresa responsável pelo material, ao promover o uso de agrotóxicos e insumos, considerando que somente a partir da agricultura convencional é que se conseguirá suprir a necessidade de alimentos do mundo. A preocupação, nesse sentido, seria com a forma correta de usar os agrotóxicos, de modo a trazer menos prejuízos ao meio ambiente e a saúde.

Dessa forma, o material “Escola no Campo”, se utiliza do discurso da questão ambiental e da sustentabilidade para persuadir ou até mesmo utilizar seu poder brando nas palavras de Nye (2004) para conseguir os resultados de sua preferência cooptando as pessoas ao invés de coagilas. Portanto, segundo Sarfati (2008), o poder brando é a capacidade de um ator dar forma às preferências de outro ator, através de seu poder de atração e sedução. A atração nem sempre determina as preferências de um determinado ator, mas, certamente, pode alterar a sua percepção e, indiretamente, influenciar o resultado desejado pelo ator com o poder brando.

Este poder parece claro nas referidas cartilhas quando justifica o uso de agrotóxicos pela necessidade da produção de alimentos em grande escala, e por último, ensina como usá-los de forma menos agressiva à natureza, dando a entender que as empresas em tela têm boas intenções ambientais e não agem apenas voltadas para o lucro. Nesse sentido, percebe-se que a influência nas escolas em relação a esta temática esta sendo implementada muito mais pelo poder das empresas multinacionais do que pelo Estado. Ou seja, há um movimento que leva ao distanciamento da cadeia de abastecimento alimentar, muito mais do que para sua aproximação.

### **A relação entre o programa de alimentação escolar e a educação alimentar**



Os dados anteriores são preocupantes por três motivos. O primeiro se refere à inexistência de materiais didáticos e consciência dos próprios educadores voltados ao incentivo e valorização da cultura e do consumo de alimentos locais. O segundo, pela existência de materiais e metodologias que providenciam aprendizados fragmentados veiculados pelo Estado. E o terceiro, pela influência das empresas multinacionais que divulgam e disponibilizam cartilhas mascaradas de boas intenções aos professores que os utilizam sem nenhuma leitura crítica.

No entanto, há uma quarta preocupação. As atividades de educação alimentar parecem não dialogar com o Programa Nacional de Alimentação Escolar e com a Política de Segurança Alimentar e Nutricional, no sentido da formação de consumidores conscientes e sintonizados com o seu entorno. Mais preocupante ainda, é o fato de que 86,6% dos professores disseram não conhecer o PNAE, e que o restante, 6,6%, não possuem conhecimento concreto: “[...] se trata de um recurso né que é destinado...do Governo Federal, que é destinado aos municípios, estados né, que é passado em parcelas pra melhoria da alimentação escolar” (Prof. 29).

Quando questionadas sobre a promoção de trabalhos ou discussões em sala de aula em relação à alimentação escolar, 53,3% disseram não fazer uso dessa ferramenta. Das 46,6% que disseram realizar alguma relação, percebe-se que o fazem de forma empírica e fora da sala de aula, sem saber que estão cumprindo uma das diretrizes do PNAE e da Lei: “[...] na verdade a gente esta sempre falando na hora do almoço: procure comer frutas né depois os legumes as verduras, depois tem a sobremesa que são as frutas. E têm crianças que não gostam né, então a gente esta sempre falando isso né” (Prof. 29). Estes resultados não são diferentes de outros estudos brasileiros. Na pesquisa realizada por Iuliano, Mancuso e Gambardella (2009) apenas duas, das 13 escolas estudadas, reconheceram a alimentação escolar como estratégia educativa, o que sugere a concepção assistencialista do PNAE por parte dos professores e gestores das escolas.

Estas constatações remetem para o fato de que, mesmo que em sua legislação o PNAE defenda o respeito aos hábitos alimentares regionais e o incentivo à vocação agrícola local, se coadunando com as políticas de SAN, isso não ecoa na educação dos consumidores. Frisa-se que a partir de 2009, o PNAE determina que no mínimo 30% dos recursos do governo federal devem ser utilizados para aquisição de produtos da agricultura familiar. Quanto a este aspecto, percebe-se nas entrevistas que somente uma professora menciona a aquisição da compra de produtos da agricultura familiar, quando perguntada sobre seus conhecimentos em relação ao PNAE. Porém,

ainda assim o faz de forma restrita e ressaltando somente questões da qualidade do alimento, sem mencionar as questões acima destacadas como objetivo da implantação desse sistema.

Da alimentação escolar... é aquele que vem a merenda pra todas as escolas é isso? Isso ai acho que é muito importante, inclusive é quando direciona o programa pro próprio município pra adquirir a merenda né, que tem essa rigorosidade, eu acho que é muito melhor a merenda, que vem com muito mais qualidade (Prof. 14).

A alimentação escolar baseada na aquisição e compra de produtos provindos da agricultura familiar não parece ser reconhecida pelos docentes como uma possibilidade de ferramenta de educação alimentar. Os professores parecem não ter a percepção de que o contato dos escolares com os alimentos regionais permite a manutenção de sua própria identidade, dos saberes locais e do conhecimento da diversidade regional, o quê para além deste aspecto, pode assegurar permanência da família no campo, permitindo a sobrevivência das unidades familiares, por meio da garantia de renda e preços mais justos para o trabalho realizado (Ramos, 2011; Melão, 2012).

Segundo Triches e Schneider (2012) e Melão (2012), a implementação da alimentação escolar fundamentada em produtos sustentáveis carece do compromisso efetivo e a vontade política dos atores envolvidos nesse processo – comunidade escolar, produtores rurais, pais e, principalmente, os gestores públicos – na busca de uma cultura de sustentabilidade, devendo-se entender o programa mais como um serviço de saúde do que como um serviço comercial, de forma a consolidá-lo como um direito social. Sendo assim, é questionável a veracidade deste direito no meio escolar, já que parece ser vivenciado e entendido de maneira confusa pelos educadores. Ainda, Melão (2012) destaca que, para o funcionamento do PNAE, torna-se necessário a abordagem desses temas a fim de que haja um entendimento do mesmo como fornecedor de alimentos sustentáveis à escola.

Lacunas na abordagem da temática podem ser explicadas em parte pela formação dos próprios professores. Observou-se nas respostas que 90% das professoras relataram não apresentar em sua formação acadêmica disciplinas que abordassem os temas alimentação e nutrição, sendo que destas, 22,2% afirmaram sentir falta desse conhecimento. Entre as participantes da pesquisa, 53,3% relataram apresentar dificuldades na abordagem da educação nutricional.

Fernandes, Rocha e Souza (2005) entrevistaram 45 professoras da rede pública e privada, sendo que destas, 35 disseram ter formação na área de alimentação e nutrição. Ainda do total que estudaram a temática, 12 a consideraram insatisfatória, sendo que algumas relataram que os conhecimentos foram trabalhados de maneira superficial, como reflexo disso, 18 não se sentiam prontas para ensinar o tema saúde em sala de aula.

Quanto a outras fontes de informação, 23,3% disseram procura-las quando percebem a fragilidade do seu saber ou a escassez de materiais. No entanto, essa busca ocorre normalmente em livros disponíveis na escola, sejam eles atuais ou antigos, ou em meios de mídia, como a televisão e a internet, em alguns casos, de fontes pouco seguras: “A gente acaba aderindo ou aos livros velhos como eu disse pra vocês que eu tenho esse livro guardado, esses materiais guardados é... Buscando na internet, a gente acaba tendo que buscar materiais alternativos pra apresentar né” (Prof. 20). “Eu procuro sempre, a maioria das vezes pesquisa no Google. Naquelas “*wikipédia*”, que eu acho que é um dos mais exatos, mais seguros” (Prof. 11).

Em pesquisa realizada por Fernandes e Silva (2008), percebe-se que alguns dos locais mais utilizados para pesquisa não se tratam de fontes científicas. E os autores constataram que em 1º lugar estão os livros de ciências, em 2º lugar no ranking jornais e revistas de grande circulação; em 3º, as revistas de alimentação, e, em 4º, os programas de TV. Os profissionais de saúde ficaram em 5ª lugar como fonte de consulta.

Porém, além das lacunas existentes na preparação dos professores para trabalharem com este tema na escola, estas deficiências também ocorrem na formação dos próprios profissionais de saúde, e aqui frisa-se os nutricionistas. Na pesquisa de Franco e Boog (2007), 11 professoras do curso de Nutrição de diferentes universidades, responsáveis pela disciplina de Educação Nutricional foram entrevistadas com o objetivo de perceber como estas procuram relacionar teoria e prática ao ministrarem a disciplina. Concluiu-se que os professores fazem essa relação, porém de forma tímida. Assim, percebe-se que, mesmo no meio universitário, dentro do próprio curso de Nutrição, tem-se a dificuldade de relacionar teoria e prática, o que é extremamente importante para que o aluno possa construir suas próprias respostas aos desafios que encontrar futuramente.

Além da precária formação dos docentes e dos profissionais da saúde na aplicação prática de educação alimentar, outra dificuldade que deve ser sanada é a ligação mais eficiente entre as políticas e sua aplicabilidade. Percebe-se que a legislação do PNAE tem se esforçado para promover saúde e sustentabilidade social e econômica quando inclui a prerrogativa da inserção

de produtos de agricultores familiares locais. No entanto, não há conscientização, informação, subsídios adequados e formação dos educadores sobre as diretrizes e motivações destas políticas. Sendo assim, essas iniciativas ficam aquém de seus propósitos, não fazendo sentido junto aos consumidores finais que, neste caso, são os alunos.

Assim sendo, a política se esvazia de significado e de propósito quando poderia estar institucionalizando práticas de consumo entre seus alunos que repercutissem positivamente sobre o próprio indivíduo e à sociedade que faz parte. Qual a relação que o aluno faz entre as aulas que ele assiste sobre alimentação e nutrição na disciplina de Ciências e a aquisição de produtos da agricultura familiar pelo PNAE? Se esta relação não é explicitada e considerada, muito do potencial da Lei 11.947/2009 (Brasil, 2009) se perde, já que não há, concomitantemente, nenhuma atividade que faça o aluno entender por que consumir alimentos locais e de sua cultura é importante, incentivando escolhas deliberadas de incorporação/reprodução de paladares para estes alimentos.

### **Conclusão**

Verifica-se que o Estado imprime em seus programas e políticas como o PNAE, o incentivo à educação alimentar relacionada à sustentabilidade e à segurança alimentar e nutricional, entretanto, os instrumentos disponibilizados e a formação dos professores é precária nesse sentido. Este fato adicionado à interferência das empresas privadas que investem em cartilhas utilizadas nas escolas e em marketing, colaboram na frustração do propósito de construir sistemas agroalimentares que propiciem saúde e benefícios ambientais, culturais e econômicos que municiem um desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, nos parece que em meio a uma contemporaneidade onde os indivíduos fazem suas escolhas lidando com as incertezas, importa muito como as instituições o influenciam. A escola tem um papel primordial na impressão de ideias e de comportamentos, inclusive alimentares. Mas, este estudo nos mostra que no Brasil, a educação alimentar nestes locais é precária e que as empresas privadas estão muito mais empenhadas do que o Estado nessa conquista. Este por sua vez, deu um grande passo ao obrigar as Entidades Executoras do PNAE a adquirirem produtos locais, mas ainda não providenciou o outro lado da moeda: educar o consumo para incentivar a produção local para além dos domínios da escola.

Valorizar a produção local passa pela conscientização do que isso significa, mas também pela educação do paladar do consumidor. Ambientes coerentes com esta proposta, assim como se

verifica na Itália, é algo que no Brasil ainda precisa investimento. A semente já foi plantada, se considerarmos as propostas das políticas de SAN, no entanto, se não for bem nutrida, não haverá brotos e nem frutos.

### Referências

- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: 1977.
- BIZZO, M.L.G; LEDER, L. Educação nutricional nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental. *Revista de Nutrição*, Campinas, v.18, p. 661-667, 2005.
- BÓGUS, C.M., *et al.* Promoção da saúde no âmbito escolar: a estratégia escola promotora de saúde. In: Diez-Garcia, RW e Cervato-Mancuso, AM (org.) *Mudanças alimentares e educação nutricional*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
- BOOG, M.C. Contribuições da educação nutricional à construção da Segurança Alimentar. *Saúde em revista*. Universidade Metodista de Piracicaba, v. 1, n. 1, 1999.
- BRASIL. *Lei nº. 11.947 de 16 de junho de 2009*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União. Brasília, 2009.
- DOMENE, S.M.Á., *et al.* Experiências de políticas em alimentação e nutrição. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.21, p. 161-178, 2007.
- FERNANDES, M.H.; ROCHA, V.M.; SOUZA, D.B. A concepção sobre saúde do escolar entre professores do ensino fundamental (1ª a 4ª séries). *História, Ciências, Saúde*, v.12, p.283-291, 2005
- FERNANDEZ, P.M.; SILVA, D.O. Descrição das noções conceituais sobre os grupos alimentares por professores de 1ª a 4ª série: a necessidade de atualização dos conceitos. *Ciência e Educação*, v.14, p. 451–466, 2008.
- FONSECA, A.B.; SOUZA, T.S.N.; FROZI, D.S.; PEREIRA, R.A. Modernidade alimentar e consumo de alimentos: contribuições sócio-antropológicas para a pesquisa em nutrição. *Ciências & Saúde Coletiva*. v.16, p.3853-3862, 2011.
- FRANCO, A.C.; BOOG, M.C.F. Relação teoria-prática no ensino de educação nutricional. *Revista de Nutrição*. Campinas, v.20, p. 643-655, 2007.
- IULIANO, B.A.; MANCUSO, A.M.C.; GAMBARDELLA, A.M.D. Educação nutricional em escolas de ensino fundamental do município de Guarulhos-SP. *O Mundo da Saúde*. v.33, p.264 – 272, 2009.
- MELÃO, I.B. Produtos sustentáveis na alimentação escolar: o PNAE no paraná. *Caderno IPARDES-Estudos e Pesquisas*. v.2, p.87–105, 2012.
- MORGAN, K.; SONNINO, R. Empowering consumers: the creative procurement of School Meals in Italy and the UK. *International Journal of Consumer Studies*. v.31, p.19 – 25, 2007.
- MORGAN, K.; SONNINO, R. *The school food revolution: public food and the challenge of sustainable development*. London: Earthscan, 2008.
- NYE, J.S. *O Paradoxo do Poder Americano*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

OLIVEIRA, A.M.; TOMAZETTI, E.M. Quando a sociedade de consumidores vai à escola: um ensaio sobre a condição juvenil no Ensino Médio. *Educar em Revista* [arquivo em periódico], 2012. [citado em 2013 jun 11].

OLIVEIRA, S.I.; OLIVEIRA, K.S. Novas perspectivas em educação alimentar e nutricional. *Psicologia Usp.* v.19, p.495 – 504, 2008.

PAIVA, J.B.; FREITAS, M.C.S.; SANTOS, L.A.S. Hábitos alimentares regionais no Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo qualitativo em um município do sertão da Bahia, Brasil. *Revista de Nutrição.* v.25, p.191–202, 2012.

RAMOS, M.O. As crianças estão se sentindo importantes: avanços na Alimentação Escolar a partir da lei 11.947/2009 e da compra da Agricultura Familiar<sup>1</sup>. *Revista Trajetória.* Rio Grande do Sul (2011).

SANTOS, L.A.S. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. *Ciência e Saúde Coletiva.* v.17, p. 453-462, 2012.

SARFATI, G. Os Limites do Poder das Empresas Multinacionais – O Caso do Protocolo de Cartagena. *Ambiente & Sociedade.* v.11, p.117-130, 2008.

SPECHT, S; RUCKERT, A.A.R. Sistema agroalimentar local: uma abordagem para a análise da produção de morangos, no Vale do Caí, RS. Anais do 46º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco, Acre, 2008.

TRICHES, R.M.; SCHNEIDER, S. Desestruturar para construir: interfaces para a agricultura familiar acessar o programa de alimentação escolar. *Estudos, Sociedade e Agricultura.* v.20, p. 66-105, 2012.

WITT, N.S.P.; SOUZA, N.G.S.; SOUZA, D.O. Tipos de alimentação e hábitos alimentares presentes nos livros didáticos do ensino fundamental. *Unirevista.* p. 1-13, 2006.

**Recebido em 21/06/2015 – Aprovado em 30/09/2015.**